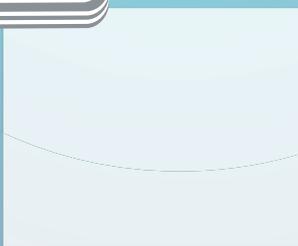


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





STF

Poderes querem prazo para cumprir liminar sobre gastos com pessoal

PORTAL SAGRES 730

O Estado e a Assembleia Legislativa devem propor embargos à decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que derrubou as emendas 54 e 55 da Constituição goiana. A decisão de recorrer foi discutida em reunião, segunda-feira (16), no gabinete do presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), com a presença da procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente, do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Walter Carlos Lemes, da subprocuradora, Laura Bueno, em substituição ao procurador-geral Ailton Vechi, além de representantes da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Com a derrubada das duas emendas na quarta-feira (11) todos os órgãos dos Três Poderes em Goiás

terão de incluir no cálculo de seus gastos com pessoal os pagamentos de inativos e com o Imposto de Renda retido na fonte. As emendas constitucionais permitiam a exclusão desses dois pagamentos, manobra contábil que reduzia o percentual de despesas e permitia que os órgãos cumprissem os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com o novo cálculo a maioria deles vai estourar a LRF.

“Ninguém está falando que não quer se adequar ou que não tem que diminuir os gastos com pessoal. Agora nós não podemos de forma alguma, [nos adequar] de uma hora para outra”, disse o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira. Segundo ele, a decisão do STF implica em demissão de pessoal. “Demitir e parar políticas públicas importantes, principalmente para o Executivo,

não tanto só para o Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, mas o Executivo será muito prejudicado com isso, automaticamente prejudicando a população”, disse em entrevista à rádio Sagres 730.

A procuradora Laura Bueno explicou que o objetivo dos poderes é conseguir uma “modulação”, ou seja, um prazo para se adequarem. “Com a decisão do Supremo, havendo um recurso a gente busca uma modulação dessa decisão. O que é essa modulação? Justamente um tempo para que a gente possa adequar e, provavelmente, todos os poderes e o MP, havendo tempo, conseguirá”, disse. Sem a modulação, ela admite que todos os órgãos terão muita dificuldade. “[O cumprimento] imediatamente a questão é mais severa, mas a decisão [do STF] e a própria Lei de



Lissauer Vieira e Walter Lemes: diálogo sobre gastos públicos

Responsabilidade, prevendo um tempo mínimo, a gente vai trabalhar neste sentido.”

A procuradora explicou que os órgãos aguardam a publicação da decisão do STF para conhecer seu inteiro teor, calcular adequadamente seus impactos e apresentar o recurso. “Cada poder e o MP está fazendo as suas contas”, afirmou. Lissauer disse que a Assembleia terá de demitir 50% de seus

servidores comissionados para se adequar à liminar do STF. O Estado, o MP e o TJ ainda não esclareceram os ajustes que teriam de fazer para se adequarem ao novo cálculo estabelecido pelo STF.]

Lissauer informou que vai seguir os reajustes da data-base dos servidores do MP, do TJ, dos Tribunais de Contas e da própria Casa até que essa questão seja esclarecida com o STF.



Xadrez

Rubens Salomão | xadrez@ohoje.com.br

A jato

Em avaliação final no governo, o projeto para aumentar o licenciamento e desonerar a tarifa de ônibus precisa ser sancionado até o fim do mês para valer em 2020.

Modulação

O governador Ronaldo Caiado (DEM) receberá representantes dos três poderes, além do Ministério Público e Tribunais de Contas para adiantar proposta de modulação da decisão do STF sobre o cálculo das folhas de pagamento.

Propostas

A conversa se dará amanhã no Palácio das Esmeraldas, às 14h30. Tem ganhado força a ideia de propor ao presidente Jair Bolsonaro uma medida provisória específica sobre o tema, com prazo de adequação até 2024.

Como é?

A inclusão de pensionistas e imposto de renda faz com que todos os órgãos, à exceção de TCM e TCE, fiquem acima do limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal para a relação entre folha e receita corrente líquida.



“Procuradores entrarão com embargo”

Presidente da Assembleia, Lissauer Vieira, diz que poderes vão contestar decisão do Supremo sobre limite de gastos

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Lissauer Vieira (PSB), disse ontem que os três poderes em Goiás, e os órgãos governamentais autônomos, deverão recorrer contra medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a eficácia de emendas à Constituição do Estado que estabeleceram limites de gastos correntes até 31 de dezembro de 2026.

Segundo ele, os órgãos atingidos pela medida não estão preparados para fazer os ajustes previstos na decisão do Supremo, e que a intenção é recorrer junto ao STF. “Nós não podemos ser pegos de surpresa e ter que fazer ajustes de uma hora para outra. Então, a nossa intenção é poder conversar lá no Supremo, com os ministros, poder dialogar entre nós, para entrar com embargos e para poder ganhar um tempo e até mesmo ganhar um prazo, que seja de quatro ou cinco anos, para nós podermos nos adequar”, defendeu.

As emendas constitucionais 54/17 e 55/17, foram questionadas pela ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6129, e atingem toda a administração fiscal de Goiás. Os dois atos limitam gastos aos Poderes Executivo (administração direta, autárquica e fundacional, fundos especiais e empresas governamentais dependentes), como também ao Legislativo e Judiciário e aos órgãos governamentais autônomos (Tribunais de Contas do Estado e dos municípios, Defensoria Pública do Estado e



Maykon Cardoso

Lissauer ressalta que os órgãos não estão preparados para fazer os ajustes financeiros previstos na decisão do Supremo

Ministério Público).

Na argumentação da procuradora, as emendas violam a competência da União para editar normas gerais de direito financeiro e para definir os limites de despesas com pessoal e os recursos mínimos para o custeio dos serviços públicos de saúde e de educação. Também ressalta que as regras contidas nas emendas constitucionais estaduais são menos rigorosas do que as normas nacionais.

O relator da matéria, ministro Marco Aurélio, frisa em sua decisão que, no âmbito dos estados, a LRF estabeleceu o percentual máximo das despesas totais com pessoal, incluindo no total geral os gastos com ativos, inativos, pensionistas e quaisquer espécies remuneratórias. No entanto, a mudança na Constituição de Goiás afastou do cálculo do limite de despesas

com pessoal o pagamento de pensionistas e os valores referentes ao imposto de renda retido na fonte dos servidores públicos estaduais.

Durante a entrevista, Lissauer Vieira afirmou já ter participado de três reuniões para discutir o impacto financeiro da inclusão de gastos com pensionistas e Imposto de Renda retido na fonte nos gastos com pessoal. Se aplicada, ele diz que a medida vai resultar em muitas demissões e, caso isso ocorra, pode prejudicar serviços essenciais no âmbito dos três poderes e órgãos independentes, como Tribunais de Contas e Ministério Público.

Lissauer Vieira reiterou que os órgãos não estão preparados para fazer os ajustes previstos na decisão do Supremo. “A situação é muito preocupante. Temos que demitir muitos servidores”, frisou, estimando que

terão de ser cortados mais de R\$ 1,2 bilhão por ano em todos os órgãos. “Isso prejudica serviços essenciais para nossa população. Isso traz dificuldade de gestão ao Governo do estado, para a Assembleia Legislativa, para o Poder Judiciário, para o Ministério Público e para todos os outros órgãos”, prevê. “Nós precisamos tratar isso com muita seriedade e tentar conduzir de uma forma que nós encontremos uma solução lá de Brasília”, pontou.

No que se refere a eventuais recursos judiciais, o presidente da Assembleia afirmou que ainda não há conclusão desses processos, mas disse entender que o caminho mais curto é tentar reverter a decisão do STF. “Nós precisamos esperar o ministro publicar a decisão. A partir daí, os procuradores de cada órgão vão entrar com os embargos”, adiantou.

Data-base

Em meio ao debate sobre a decisão do STF, Lissauer Vieira tem comentado que a tramitação de projetos que instituem revisão geral anual de servidores públicos efetivos, ativos, inativos e pensionistas não será prejudicada.

Na sessão de ontem, por exemplo, foi aprovada, em primeira votação, o processo do Tribunal de Justiça que concede reajuste salarial de 3,75%, retroativo a 1º de janeiro de 2019. Também tramitam na Casa, projetos do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios. Porém, explicou que, uma vez aprovados, devem ficar à espera de uma solução, para serem encaminhadas por meio de autógrafo de lei para o governador Ronaldo Caiado (DEM), que poderá sancionar ou vetar os projetos.



DETRAN

Governador prevê economia de R\$ 132 milhões

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), anunciou ontem (18) a abertura da facilitação da abertura de CNH para pessoas com deficiência. A economia prevista é de R\$ 7 milhões. Intitulado "De Mãos Dadas", o governador citou esta ação como uma das cinco que vão proporcionar a economia de R\$ 132 milhões.

São cinco medidas para chegar a este número: a redução da taxa de emplacamento; a retirada de pardais em locais inadequados; a criação da CNH social para pessoas com baixa renda, que tem um projeto tramitando na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego); e o programa "De mãos dadas".

"Estamos mudando a cara do Detran e devolvendo a sua credibilidade. Desde o início da gestão, são mais de R\$ 132 milhões que estão ficando no bolso dos goianos ao invés de serem distribuídos em pequenos grupos de interesse ou patrocinarem projetos políticos, como acontecia antigamente", destacou o governador de Goiás.

O projeto assinado ontem visa facilitar para a pessoa com deficiência (PCD) a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e à aquisição de veículos zero-quilômetro com isenção de impostos. O anúncio foi feito durante a abertura da Semana Nacional de Trânsito.

Esta iniciativa, segundo o



Ronaldo Caiado enumerou cinco pontos que "devolveram" a credibilidade ao Detran

presidente do Detran-GO, Marcos Roberto Silva, fará com que o Estado deixe de exigir o segundo laudo médico da pessoa com deficiência (PCD) que abre processo de habilitação ou renovação. "Só essa desobrigação propiciará uma economia de R\$ 300 ao candidato", informou.

O projeto faz com que o PCD não necessite, também, contratar despachante para montar o processo de isenção de IPI, IOF, ICMS e IPVA na aquisição do veículo novo, o que lhe poupará mais R\$ 700. "Por ano, economizaremos cerca de R\$ 7 milhões para os bolsos dos goianos somente com esse programa", exemplificou Marcos Roberto.

A previsão é de que o projeto saia literalmente do papel

no dia 25 de setembro, o que pode beneficiar 18.420 pessoas com deficiência em Goiás. Dessas, cerca de sete mil possuem algum tipo de

São mais de R\$ 132 milhões que estão ficando no bolso dos goianos ao invés de serem distribuídos em pequenos grupos de interesse

benefício fiscal para aquisição de veículos. De acordo com o presidente do Detran-GO, a

meta é facilitar o acesso ao benefício e ampliar o número de atendidos. "Muitas pessoas desistem do direito por pensar que é muito burocrático ou acabam gastando desnecessariamente com despachante. Vamos mudar isso", pontuou.

Semana Nacional de Trânsito

O lançamento do programa aconteceu durante a abertura da Semana Nacional de Trânsito, quando o governador Ronaldo Caiado fez a entrega simbólica do certificado de conclusão de curso a 75 novos examinadores e a 84 colaboradores que passaram por atualização.

Esta ação faz parte do projeto de valorização do servi-

dor, que após 14 anos, volta a assumir as bancas de provas práticas e teóricas para os processos de obtenção, renovação e mudança de categoria de CNHs.

A Semana Nacional de Trânsito e Mobilidade, realizada entre 18 a 25 de setembro, é composta por uma série de ações e campanhas publicitárias que buscam conscientizar a população da importância do respeito às leis de trânsito para prevenção de acidentes. Nesses dias, serão intensificadas as atividades educativas, como passeios ciclísticos e exposição de veículos antigos, além de fortalecidas as parcerias voltadas à construção de um trânsito mais seguro.

O governador ressaltou a importância da Semana, cujo tema este ano, estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), é "No trânsito, o sentido é a vida".

Em seu discurso, Caiado citou os exemplos de respeito à legislação de trânsito verificados em cidades como Gramado, no Rio Grande do Sul, e Brasília, no Distrito Federal. Falou também que o próprio cidadão deve se conscientizar de que pode ajudar na resolução das principais demandas do local onde vive.

"Gostaria de saber por qual razão um cidadão de Planaltina emplaca o carro em Brasília, por exemplo. Se ele deixa de emplacar onde mora, está deixando os recursos dos impostos, que seriam transformados em benfeitorias, fora do seu município, do seu Estado. Não tem sentido", concluiu.



GIRO



Caio Henrique Salgado

caio.salgado@opopular.com.br

Solução conjunta

Ronaldo Caiado vai se reunir na tarde de amanhã com os presidentes da Assembleia Legislativa, TJ, MP, TCE e TCM para tratar da decisão do STF sobre os cálculos de gastos com pessoal no Estado. O governador não tem escondido a preocupação com os efeitos. O Executivo é o poder que deve ter mais dificuldades para se adequar.



DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estado recebeu repasse de fundos errado, diz TJ

Por um erro de processamento da Caixa Econômica Federal, o Estado de Goiás recebeu valores de fundos de execução e de conselhos de comunidade na última sexta-feira (13), quando deveria ter recolhido apenas depósitos judiciais em dinheiro, tributários e não tributários, realizados em processos vinculados ao Poder Judiciário. A informação foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO). Em nota, a Corte informou que os estornos serão feitos até sexta-feira.

Na semana passada, o Estado recebeu transferência de R\$1,5 bilhão do Judiciário. Até o fechamento desta edição, o TJ-GO não havia informado se o valor repassado por erro faz parte deste montante. Em nota, o Estado de Goiás disse que ainda não foi notificado formalmente do “possível erro operacional”. “Mas adianta que, uma vez confirmado o equívoco e os valores envolvidos, os recursos em questão devem retornar aos referidos fundos”, diz o texto. A reportagem entrou em contato com a Caixa, mas não houve resposta até o fechamento desta edição.

O projeto de lei que autorizou o governo estadual a acessar até 75% dos recursos de depósitos judiciais foi aprovado na Assembleia Legislativa em segunda votação no dia 11 de agosto. O texto da norma prevê que os valores sejam usados para arcar com débitos previdenciários, de precatórios, advogados dativos e para amortizar a dívida ativa com a União. Um texto semelhante foi aprovado durante o governo de José Eliton (PSDB) e suspenso em seguida após decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin.

O conselho da comunidade é um órgão de execução penal, composto por representantes de associação comercial, advogado indicado pela seccional local da Ordem dos Advogados do Brasil e assistente social. Entre as funções do grupo estão realizar visitas a estabelecimentos penais existentes em cada Comarca, entrevistar presos e apresentar relatórios ao juiz responsável e ao Conselho Penitenciário. O dinheiro utilizado nas ações tem origem em prestações pecuniárias, conhecidas como penas alternativas. **(Karla Araújo)**